

LEGISLAÇÃO EM DESTAQUE

1 LEGISLAÇÃO FEDERAL

1.1 LEIS ORDINÁRIAS

Lei nº 15.228, de 30 de setembro de 2025 Publicada no DOU de 1 out. 2025	Dispõe sobre o uso, a conservação, a proteção e a recuperação do bioma Pantanal.
Lei nº 15.227, de 30 de setembro de 2025 Publicada no DOU de 1 out. 2025	Altera a Lei nº 14.628, de 20 de julho de 2023, para prever prioridade de aquisição e distribuição de produtos do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) aos Municípios em situação de emergência ou estado de calamidade pública.
Lei nº 15.226, de 30 de setembro de 2025 Publicada no DOU de 1 out. 2025	Altera a Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, para dispor sobre o prazo de validade dos gêneros alimentícios adquiridos no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e para estabelecer em 45% o percentual mínimo para aquisição de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural no âmbito desse programa.
Lei nº 15.225, de 30 de setembro de 2025 Publicada no DOU de 1 out. 2025	Altera a Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006, que cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Sisan), para dispor sobre indicadores de segurança alimentar e nutricional que orientem a priorização das atividades do referido Sistema.
Lei nº 15.224, de 30 de setembro de 2025 Publicada no DOU de 1 out. 2025	Institui a Política Nacional de Combate à Perda e ao Desperdício de Alimentos (PNCPPA); cria o Selo Doador de Alimentos; altera a Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995; e revoga a Lei nº 14.016, de 23 de junho de 2020.
Lei nº 15.222, de 29 de setembro de 2025 Publicada no DOU de 30 set. 2025	Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para prorrogar a licença-maternidade em até 120 (cento e vinte) dias após a alta hospitalar do recém-nascido e de sua mãe; e a Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para ampliar o prazo de recebimento do salário-maternidade.
Lei nº 15.220, de 26 de setembro de 2025 Publicada no DOU de 29 set. 2025	Altera a Lei nº 13.257, de 8 de março de 2016 (Marco Legal da Primeira Infância), para criar sistema nacional de informação sobre o desenvolvimento integral da primeira infância.
Lei nº 15.215, de 18 de setembro de 2025 Publicada no DOU de 19 set. 2025	Dispõe sobre os procedimentos para a denominação de instituições públicas de ensino indígenas, quilombolas e do campo no território nacional.
Lei nº 15.214, de 18 de setembro de 2025 Publicada no DOU de 19 set. 2025	Cria o Selo Cidade Mulher, a ser conferido aos Municípios que se destacarem na efetividade das políticas públicas específicas para o bem-estar das mulheres.
Lei nº 15.211, de 17 de setembro de 2025 Publicada no DOU de 17 set. 2025	Dispõe sobre a proteção de crianças e adolescentes em ambientes digitais (Estatuto Digital da Criança e do Adolescente).
Lei nº 15.210, de 16 de setembro de 2025 Publicada no DOU de 17 set. 2025	Altera a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos), para estabelecer requisitos para a compra de equipamentos destinados a procedimentos diagnósticos ou terapêuticos no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS).

Lei nº 15.206, de 12 de setembro de 2025 Publicada no DOU de 15 set. 2025	Altera a Lei nº 13.178, de 22 de outubro de 2015, para ampliar o prazo para requerer a certificação de georreferenciamento e a atualização do Sistema Nacional de Cadastro Rural para fins de ratificação de registros de imóveis rurais na faixa de fronteira.
Lei nº 15.201, de 9 de setembro de 2025 Publicada no DOU de 10 set. 2025	Institui o Programa de Gerenciamento de Benefícios (PGB) no âmbito do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) e do Departamento de Perícia Médica Federal da Secretaria de Regime Geral de Previdência Social do Ministério da Previdência Social.
Lei nº 15.199, de 8 de setembro de 2025 Publicada no DOU de 9 set. 2025	Institui a campanha Setembro Amarelo, o Dia Nacional de Prevenção da Automutilação e o Dia Nacional de Prevenção do Suicídio.
Lei nº 15.198, de 8 de setembro de 2025 Publicada no DOU de 9 set. 2025	Dispõe sobre ações relacionadas ao enfrentamento do parto prematuro e institui o Novembro Roxo, o Dia Nacional da Prematuridade e a Semana da Prematuridade.
Lei nº 15.191, de 11 de agosto de 2025 Publicada no DOU de 11 ago. 2025	Altera a Lei nº 11.482, de 31 de maio de 2007, a fim de modificar os valores da tabela progressiva mensal do Imposto sobre a Renda da Pessoa Física (IRPF); e revoga a Medida Provisória nº 1.294, de 11 de abril de 2025.
Lei nº 15.190, de 8 de agosto de 2025 Publicada no DOU de 8 ago. 2025	Dispõe sobre o licenciamento ambiental; regulamenta o inciso IV do § 1º do art. 225 da Constituição Federal; altera as Leis nºs 9.605, de 12 de fevereiro de 1998 (Lei dos Crimes Ambientais), 9.985, de 18 de julho de 2000, e 6.938, de 31 de agosto de 1981; revoga dispositivos das Leis nºs 7.661, de 16 de maio de 1988, e 11.428, de 22 de dezembro de 2006; e dá outras providências.
Lei nº 15.184, de 4 de agosto de 2025 Publicada no DOU de 5 ago. 2025	Altera a Lei nº 11.540, de 12 de novembro de 2007, que dispõe sobre o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT), para aprimorar a destinação de recursos do Fundo.
Lei nº 15.183, de 30 de julho de 2025 Publicada no DOU de 31 jul. 2025	Altera as Leis nºs 11.794, de 8 de outubro de 2008, e 6.360, de 23 de setembro de 1976, para vedar a utilização de animais em testes de produtos de higiene pessoal, cosméticos e perfumes e de seus ingredientes.
Lei nº 15.182, de 30 de julho de 2025 Publicada no DOU de 31 jul. 2025	Altera as Leis nºs 4.117, de 27 de agosto de 1962 (Código Brasileiro de Telecomunicações), 9.612, de 19 de fevereiro de 1998 (Lei das Rádios Comunitárias), 13.424, de 28 de março de 2017, 5.785, de 23 de junho de 1972, e 5.768, de 20 de dezembro de 1971, para estabelecer diretrizes relacionadas à autorização de modificações de características técnicas, à apresentação de documentos, aos procedimentos de renovação de outorgas e à promoção de recursos de acessibilidade, com o intuito de promover a modernização da legislação sobre serviços de radiodifusão; e revoga a Lei nº 6.606, de 7 de dezembro de 1978.
Lei nº 15.181, de 28 de julho de 2025 Publicada no DOU de 29 jul. 2025	Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para aumentar as penas aplicadas ao furto, roubo e receptação de fios, cabos ou equipamentos utilizados para fornecimento ou transmissão de energia elétrica ou de telefonia ou para transferência de dados e as aplicadas à interrupção ou perturbação de serviço telegráfico, telefônico, informático, telemático ou de informação de utilidade pública; e altera as Leis nºs 9.613, de 3 de março de 1998, para aumentar a pena dos crimes previstos no seu art. 1º, e 9.472, de 16 de julho de 1997, para estabelecer sanções aos detentores de serviço de telecomunicações pelo uso de fios, cabos ou equipamentos de telefonia ou transferência de dados que sejam produtos de crime; e dá outras providências.

<p>Lei nº 15.180, de 25 de julho de 2025 Publicada no DOU de 28 jul. 2025</p>	<p>Institui a Política Nacional de Incentivo à Visitação a Unidades de Conservação e autoriza o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) e os órgãos estaduais e municipais executores do Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC) a contratar instituição financeira oficial para criar e gerir fundo privado com os objetivos de financiar e de apoiar a visitação a unidades de conservação.</p>
<p>Lei nº 15.179, de 24 de julho de 2025 Publicada no DOU de 25 jul. 2025</p>	<p>Altera a Lei nº 10.820, de 17 de dezembro de 2003 (Lei do Crédito Consignado), para dispor sobre a operacionalização das operações de crédito consignado por meio de sistemas ou de plataformas digitais.</p>
<p>Lei nº 15.178, de 23 de julho de 2025 Publicada no DOU de 24 jul. 2025</p>	<p>Institui a Política Nacional de Juventude e Sucessão Rural e o Plano Nacional de Juventude e Sucessão Rural e altera a Lei nº 12.852, de 5 de agosto de 2013 (Estatuto da Juventude), a Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, e a Lei nº 14.628, de 20 de julho de 2023.</p>
<p>Lei nº 15.177, de 23 de julho de 2025 Publicada no DOU de 24 jul. 2025</p>	<p>Estabelece a obrigatoriedade de reserva mínima de participação de mulheres em conselhos de administração das sociedades empresárias que especifica; e altera a Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 (Lei das Sociedades Anônimas), e a Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016 (Lei de Responsabilidade das Estatais).</p>
<p>Lei nº 15.176, de 23 de julho de 2025 Publicada no DOU de 24 jul. 2025</p>	<p>Altera a Lei nº 14.705, de 25 de outubro de 2023, para prever programa nacional de proteção dos direitos da pessoa acometida por Síndrome de Fibromialgia ou Fadiga Crônica ou por Síndrome Complexa de Dor Regional ou outras doenças correlatas.</p>
<p>Lei nº 15.175, de 23 de julho de 2025 Publicada no DOU de 24 jul. 2025</p>	<p>Altera a Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre a transferência de empregado público cujo cônjuge ou companheiro tenha sido deslocado no interesse da administração pública.</p>
<p>Lei nº 15.174, de 22 de julho de 2025 Publicada no DOU de 23 jul. 2025</p>	<p>Institui a Política Nacional de Enfrentamento da Infecção por Papilomavírus Humano.</p>
<p>Lei nº 15.171, de 17 de julho de 2025 Publicada no DOU de 18 jul. 2025</p>	<p>Altera a Lei nº 9.797, de 6 de maio de 1999, e a Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, para ampliar o direito das mulheres à cirurgia plástica reparadora da mama em casos de mutilação total ou parcial.</p>
<p>Lei nº 15.169, de 17 de julho de 2025 Publicada no DOU de 18 jul. 2025</p>	<p>Altera a Lei nº 12.858, de 9 de setembro de 2013, para incluir as políticas de assistência aos estudantes da educação superior e da educação profissional, científica e tecnológica entre as prioridades para recebimento de recursos do Fundo Social, e a Lei nº 14.914, de 3 de julho de 2024, para dispor sobre a aplicação de receitas para o atendimento a estudantes beneficiados por políticas de ação afirmativa de reserva de vagas da educação superior e da educação profissional, científica e tecnológica pública federal.</p>
<p>Lei nº 15.164, de 14 de julho de 2025 Publicada no DOU de 15 jul. 2025</p>	<p>Altera a Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010, a fim de aperfeiçoar os mecanismos disponíveis ao Fundo Social (FS) para enfrentamento dos desafios socioeconômicos do País; autoriza a União a alienar seus direitos e obrigações decorrentes de acordos de individualização da produção em áreas não concedidas ou não partilhadas na área do pré-sal e em áreas estratégicas; e altera as Leis nºs 14.620, de 13 de julho de 2023, e 11.977, de 7 de julho de 2009.</p>

<p>Lei nº 15.163, de 3 de julho de 2025 Publicada no DOU de 4 jul. 2025</p>	<p>Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para modificar as penas dos crimes de abandono de incapaz e de maus-tratos, a Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 (Estatuto da Pessoa Idosa), para modificar as penas do crime de exposição a perigo da saúde e da integridade física ou psíquica da pessoa idosa, a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência), a fim de estabelecer penas para o crime de abandono de pessoa com deficiência que resulte em lesão corporal de natureza grave ou em morte, e a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para vedar a aplicação da Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995, em caso de apreensão indevida de criança ou de adolescente.</p>
<p>Lei nº 15.160, de 3 de julho de 2025 Publicada no DOU de 4 jul. 2025</p>	<p>Modifica os arts. 65 e 115 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para alterar circunstância atenuante e vedar a redução do prazo de prescrição para os crimes que envolvam violência sexual contra a mulher, quando o agente for, na data do fato, menor de 21 (vinte e um) anos ou, na data da sentença, maior de 70 (setenta) anos de idade.</p>
<p>Lei nº 15.159, de 3 de julho de 2025 Publicada no DOU de 4 jul. 2025</p>	<p>Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), e a Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990 (Lei dos Crimes Hediondos), para recrudescer o tratamento penal dispensado ao autor de crime praticado nas dependências de instituição de ensino.</p>
<p>Lei nº 15.157, de 1 de julho de 2025 Publicada no DOU de 2 jul. 2025</p>	<p>Altera a Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991 (Lei de Benefícios da Previdência Social), e a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993 (Lei Orgânica da Assistência Social), para dispensar o segurado do Regime Geral de Previdência Social e o beneficiário do benefício de prestação continuada da reavaliação periódica das condições da concessão do benefício quando a incapacidade for permanente, irreversível ou irrecuperável e para determinar a participação de especialista em infectologia na perícia médica de pessoa com síndrome da imunodeficiência adquirida.</p>
<p>Lei nº 15.156, de 1 de julho de 2025 Publicada no DOU de 2 jul. 2025</p>	<p>Dispõe sobre o direito a indenização por dano moral e a concessão de pensão especial à pessoa com deficiência permanente decorrente de síndrome congênita associada à infecção pelo vírus Zika; e altera a Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e as Leis nºs 8.742, de 7 de dezembro de 1993, e 8.213, de 24 de julho de 1991.</p>

1.2 LEIS COMPLEMENTARES

<p>Lei Complementar nº 219, de 29 de setembro de 2025 Publicado no DOU de 30 set. 2025</p>	<p>Altera a Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990 (Lei das Inelegibilidades), para modificar prazos de duração e de fixação dos termos iniciais e finais de contagem de inelegibilidades, e a Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997 (Lei das Eleições), para prever a criação do Requerimento de Declaração de Elegibilidade (RDE).</p>
<p>Lei Complementar nº 218, de 24 de setembro de 2025 Publicado no DOU de 25 set. 2025</p>	<p>Altera a Lei Complementar nº 116, de 31 de julho de 2003, para explicitar que o Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS) incidente sobre os serviços de guincho intramunicipal, de guindaste e de içamento é devido no local da execução da obra.</p>
<p>Lei Complementar nº 217, de 18 de setembro de 2025 Publicado no DOU de 19 set. 2025</p>	<p>Altera a Lei Complementar nº 172, de 15 de abril de 2020, a fim de prorrogar o prazo para que os Estados, o Distrito Federal e os Municípios executem atos de transposição e de transferência de saldos financeiros constantes dos seus Fundos de Saúde.</p>

<p>Lei Complementar nº 216, de 28 de julho de 2025 Publicado no DOU de 29 jul. 2025</p>	<p>Institui o Programa Acredita Exportação; e altera a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e as Leis nºs 13.043, de 13 de novembro de 2014, 11.945, de 4 de junho de 2009, e 10.833, de 29 de dezembro de 2003, a fim de ampliar benefícios para determinados serviços nos regimes aduaneiros especiais de drawback e para o Regime Aduaneiro Especial de Entrepósito Industrial sob Controle Informatizado (Recof) e incentivar as exportações brasileiras, especialmente as dos pequenos negócios.</p>
---	--

1.3 DECRETOS

<p>Decreto nº 12.637, de 30 de setembro de 2025 Publicado no DOU de 30 set. 2025</p>	<p>Altera o Decreto nº 12.448, de 30 de abril de 2025, que dispõe sobre a programação orçamentária e financeira e estabelece o cronograma de execução mensal de desembolso do Poder Executivo federal para o exercício de 2025.</p>
<p>Decreto nº 12.636, de 29 de setembro de 2025 Publicado no DOU de 30 set. 2025</p>	<p>Regulamenta a Lei nº 14.717, de 31 de outubro de 2023, que institui pensão especial aos filhos e aos dependentes crianças ou adolescentes, órfãos em razão do crime de feminicídio.</p>
<p>Decreto nº 12.626, de 17 de setembro de 2025 Publicado no DOU de 18 set. 2025</p>	<p>Dispõe sobre a qualificação da política federal de fomento a parcerias em empreendimentos públicos dos Estados e do Distrito Federal para recuperação e manutenção de rodovias no âmbito do Programa de Parcerias de Investimentos da Presidência da República.</p>
<p>Decreto nº 12.622, de 17 de setembro de 2025 Publicado no DOU de 18 set. 2025</p>	<p>Regulamenta a Lei nº 15.211, de 17 de setembro de 2025, para designar a Agência Nacional de Proteção de Dados como autoridade administrativa autônoma de proteção de crianças e adolescentes em ambientes digitais, e estabelecer competências para cumprimento de ordens judiciais de bloqueio.</p>
<p>Decreto nº 12.614, de 5 de setembro de 2025 Publicado no DOU de 5 set. 2025</p>	<p>Regulamenta a Lei nº 14.993, de 8 de outubro de 2024, para dispor sobre o Programa Nacional de Descarbonização do Produtor e Importador de Gás Natural e de Incentivo ao Biometano, e altera o Decreto nº 10.712, de 2 de junho de 2021.</p>
<p>Decreto nº 12.610, de 1 de setembro de 2025 Publicado no DOU de 2 set. 2025</p>	<p>Altera o Decreto nº 2.444, de 30 de dezembro de 1997, que dispõe sobre a inclusão, no Programa Nacional de Desestatização – PND, das rodovias federais que menciona.</p>
<p>Decreto nº 12.609, de 1 de setembro de 2025 Publicado no DOU de 2 set. 2025</p>	<p>Altera o Decreto nº 9.972, de 14 de agosto de 2019, que dispõe sobre a qualificação de empreendimentos dos setores portuário, aeroportuário, rodoviário, ferroviário e hidroviário no âmbito do Programa de Parcerias de Investimentos da Presidência da República e sua inclusão no Programa Nacional de Desestatização.</p>
<p>Decreto nº 12.607, de 1 de setembro de 2025 Publicado no DOU de 2 set. 2025</p>	<p>Regulamenta os procedimentos operacionais da licitação na modalidade leilão, na forma eletrônica, promovidos pela Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas e Gestão de Ativos do Ministério da Justiça e Segurança Pública, para a alienação de bens apreendidos, sequestrados ou declarados perdidos em favor da União, em decorrência de infrações penais previstas na Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006, ou quando relacionados a outras infrações, por determinação judicial, em apoio aos órgãos do Poder Judiciário.</p>
<p>Decreto nº 12.603, de 28 de agosto de 2025 Publicado no DOU de 29 ago. 2025</p>	<p>Institui a Política Nacional de Educação Profissional e Tecnológica – PNEPT, regulamenta o art. 4º da Lei nº 14.645, de 2 de agosto de 2023, e institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Profissional e Tecnológica – SINAEP.</p>

<p>Decreto nº 12.601, de 28 de agosto de 2025 Publicado no DOU de 29 ago. 2025</p>	<p>Dispõe sobre a qualificação da política federal de fomento à elaboração de estudos para alternativas de parcerias em empreendimentos urbanos de múltiplos usos em imóveis da União no âmbito do Programa de Parcerias de Investimentos da Presidência da República.</p>
<p>Decreto nº 12.600, de 28 de agosto de 2025 Publicado no DOU de 29 ago. 2025</p>	<p>Dispõe sobre a inclusão de empreendimentos públicos federais do setor hidroviário no Programa Nacional de Desestatização.</p>
<p>Decreto nº 12.599, de 28 de agosto de 2025 Publicado no DOU de 29 ago. 2025</p>	<p>Altera o Decreto nº 4.073, de 3 de janeiro de 2002, que regulamenta a Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991, que dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados.</p>
<p>Decreto nº 12.589, de 19 de agosto de 2025 Publicado no DOU de 20 ago. 2025</p>	<p>Altera o Decreto nº 12.242, de 8 de novembro de 2024, para regulamentar a concessão de quotas diferenciadas de depreciação acelerada para embarcações de apoio marítimo utilizadas no suporte logístico e na prestação de serviços aos campos, às instalações e às plataformas offshore, de que trata o art. 1º, caput, inciso III, da Lei nº 14.871, de 28 de maio de 2024.</p>
<p>Decreto nº 12.585, de 8 de agosto de 2025 Publicado no DOU de 11 ago. 2025</p>	<p>Altera o Decreto nº 10.592, de 24 de dezembro de 2020, para dispor sobre a regularização fundiária das ocupações incidentes em terras situadas em área da União e a extinção de cláusulas resolutivas constantes de títulos fundiários, de que tratam a Lei nº 11.952, de 25 de junho de 2009, e a Lei nº 14.757, de 19 de dezembro de 2023.</p>
<p>Decreto nº 12.574, de 5 de agosto de 2025 Publicado no DOU de 6 ago. 2025</p>	<p>Institui a Política Nacional Integrada da Primeira Infância.</p>
<p>Decreto nº 12.572, de 4 de agosto de 2025 Publicado no DOU de 5 ago. 2025</p>	<p>Institui a Política Nacional de Segurança da Informação e dispõe sobre a governança da segurança da informação no âmbito da administração pública federal.</p>
<p>Decreto nº 12.565, de 28 de julho de 2025 Publicado no DOU de 29 jul. 2025</p>	<p>Altera o Decreto nº 8.415, de 27 de fevereiro de 2015, para elevar a 3% (três por cento) a alíquota do Regime Especial de Reintegração de Valores Tributários para as Empresas Exportadoras – Reintegra, na hipótese de exportações realizadas por microempreendedores individuais, microempresas e empresas de pequeno porte.</p>
<p>Decreto nº 12.564, de 24 de julho de 2025 Publicado no DOU de 25 jul. 2025</p>	<p>Regulamenta o art. 2º-I da Lei nº 10.820, de 17 de dezembro de 2003, para dispor sobre os procedimentos e requisitos técnicos para a verificação biométrica da identidade do trabalhador, o consentimento para tratamento de dados pessoais biométricos e o uso de assinaturas eletrônicas e digitais nas operações de crédito consignado com desconto em folha de pagamento para fins de contratação e averbação.</p>
<p>Decreto nº 12.561, de 23 de julho de 2025 Publicado no DOU de 24 jul. 2025</p>	<p>Regulamenta o art. 1º da Lei nº 15.077, de 27 de dezembro de 2024, para dispor sobre o cadastro biométrico obrigatório para concessão, manutenção e renovação de benefícios da seguridade social de competência da União.</p>
<p>Decreto nº 12.560, de 23 de julho de 2025 Publicado no DOU de 24 jul. 2025</p>	<p>Dispõe sobre a Rede Nacional de Dados em Saúde e sobre as Plataformas SUS Digital e regulamenta o art. 47 e o art. 47-A, caput, § 1º e § 2º, da Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990.</p>
<p>Decreto nº 12.555, de 16 de julho de 2025 Publicado no DOU de 17 jul. 2025</p>	<p>Dispõe sobre as regras, os critérios e os procedimentos a serem observados pelas pessoas físicas ou jurídicas, de direito público ou privado, para a implementação, a habilitação, a execução e o monitoramento do Programa de Estímulo ao Transporte por Cabotagem – BR do Mar, de que trata a Lei nº 14.301, de 7 de janeiro de 2022, e regulamenta disposições da Lei nº 9.432, de 8 de janeiro de 1997, e da Lei nº 10.893, de 13 de julho de 2004.</p>

Decreto nº 12.551, de 14 de julho de 2025 Publicado no DOU de 15 jul. 2025	Regulamenta a Lei nº 15.122, de 11 de abril de 2025, que estabelece critérios para suspensão de concessões comerciais, de investimentos e de obrigações relativas a direitos de propriedade intelectual em resposta a medidas unilaterais adotadas por país ou bloco econômico que impactem negativamente a competitividade internacional brasileira.
Decreto nº 12.549, de 10 de julho de 2025 Publicado no DOU de 11 jul. 2025	Altera a Tabela de Incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados – TIPI, aprovada pelo Decreto nº 11.158, de 29 de julho de 2022.

2 LEGISLAÇÃO ESTADUAL

2.1 LEIS ORDINÁRIAS

Lei nº 22.653, de 23 de setembro de 2025 Publicada no D.O.E. de 23 set. 2025	Altera a Lei nº 20.607, de 10 de junho de 2021, que dispõe sobre o Plano Estadual de Resíduos Sólidos do Estado do Paraná e dá outras providências.
Lei nº 22.652, de 23 de setembro de 2025 Publicada no D.O.E. de 23 set. 2025	Altera a Lei nº 16.751, de 29 de dezembro de 2010, que institui, no âmbito do sistema estadual de ensino fundamental e médio, a merenda escolar orgânica.
Lei nº 22.645, de 23 de setembro de 2025 Publicada no D.O.E. de 23 set. 2025	Altera a Lei nº 14.260, de 22 de dezembro de 2003, que estabelece normas sobre o tratamento tributário pertinente ao Imposto Sobre a Propriedade de Veículos Automotores, e dá outras providências.
Lei nº 22.635, de 17 de setembro de 2025 Publicada no D.O.E. de 17 set. 2025	Dispõe sobre a garantia da assistência jurídica integral e gratuita às pessoas com deficiência no Estado do Paraná e dá outras providências.
Lei nº 22.632, de 16 de setembro de 2025 Publicada no D.O.E. de 16 set. 2025	Institui a Campanha Permanente de Saúde Solidária Animal, que dispõe sobre o recebimento de doações, coleta, reaproveitamento, seleção, armazenamento e distribuição gratuita de produtos veterinários no âmbito do Estado do Paraná, e dá outras providências.
Lei nº 22.624, de 16 de setembro de 2025 Publicada no D.O.E. de 16 set. 2025	Dispõe sobre o incentivo à descarbonização industrial no Estado do Paraná.
Lei nº 22.618, de 11 de setembro de 2025 Publicada no D.O.E. de 11 set. 2025	Altera a Lei nº 22.130, de 9 de setembro de 2024, que dispõe sobre a criação da Consolidação das Leis de Defesa do Consumidor do Estado do Paraná.
Lei nº 22.574, de 28 de agosto de 2025 Publicada no D.O.E. de 28 ago. 2025	Acrescenta dispositivos à Lei nº 19.173, de 18 de outubro de 2017, que dispõe sobre a organização da política da criança e do adolescente no Estado do Paraná e dá outras providências.
Lei nº 22.552, de 11 de agosto de 2025 Publicada no D.O.E. de 11 ago. 2025	Dispõe sobre a conscientização e medidas de prevenção a doenças cardiovasculares.
Lei nº 22.537, de 14 de julho de 2025 Publicada no D.O.E. de 14 jul. 2025	Determina que o projeto e a execução de obras de construção de rodovias estaduais incluam acostamento.
Lei nº 22.536, de 14 de julho de 2025 Publicada no D.O.E. de 14 jul. 2025	Dispõe sobre produção agroecológica e produção orgânica no Estado do Paraná.
Lei nº 22.520, de 11 de julho de 2025 Publicada no D.O.E. de 11 jul. 2025	Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária do exercício financeiro de 2026.

Lei nº 22.508, de 2 de julho de 2025 Publicada no D.O.E. de 2 jul. 2025	Altera a Lei nº 20.121, de 31 de dezembro de 2019, que dispõe sobre a incorporação do Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural, do Centro Paranaense de Referência em Agroecologia e da Companhia de Desenvolvimento Agropecuário do Paraná pelo Instituto Agrônomo do Paraná, e dá outras providências.
Lei nº 22.496, de 2 de julho de 2025 Publicada no D.O.E. de 2 jul. 2025	Altera a Lei nº 18.877, de 27 de setembro de 2016, que dispõe sobre o processo administrativo fiscal e o Conselho de Contribuintes e Recursos Fiscais, e dá outras providências.

2.2 LEIS COMPLEMENTARES

Lei Complementar nº 286, de 15 de setembro de 2025 Publicada no D.O.E. de 15 set. 2025	Institui a Política Estadual de Aproveitamento Socioeconômico de Bens Públicos, incluindo a cessão onerosa do direito à denominação de bens públicos - naming rights, a cessão de uso de bens públicos para ações publicitárias e a adoção social de bens públicos.
Lei Complementar nº 285, de 29 de agosto de 2025 Publicada no D.O.E. de 29 ago. 2025	Altera a Lei Complementar nº 259, de 21 de julho de 2023, que dispõe sobre a estruturação das carreiras da Polícia Civil do Estado do Paraná, e a Lei nº 21.894, de 3 de abril de 2024, que institui o Código Disciplinar da Polícia Civil do Estado do Paraná, e dá outras providências.
Lei Complementar nº 284, de 11 de julho de 2025 Publicada no D.O.E. de 11 jul. 2025	Revoga a Lei Complementar nº 68, de 22 de junho de 1993, que dispensa do estágio probatório o professor da rede pública estadual, detentor de um primeiro cargo de professor com estágio probatório já concluído.
Lei Complementar nº 283, de 11 de julho de 2025 Publicada no D.O.E. de 11 jul. 2025	Altera a Lei Complementar nº 245, de 30 de março de 2022, que institui o Quadro Próprio da Polícia Penal do Estado do Paraná, e dá outras providências.
Lei Complementar nº 282, de 3 de julho de 2025 Publicada no D.O.E. de 3 jul. 2025	Cria gratificação por encargo de curso ou concurso, regulamenta a concessão de bolsas e altera a Lei Complementar nº 250, de 1º de janeiro de 2023, que autoriza o Poder Executivo a instituir a Fundação de Apoio à Atividade de Segurança Pública do Paraná, e dá outras providências.

2.3 DECRETOS

Decreto nº 11.314, de 22 de setembro de 2025 Publicado no D.O.E. de 22 set. 2025	Altera o Regulamento do ICMS, aprovado pelo Decreto nº 7.871, de 29 de setembro de 2017, para dispor sobre o pagamento antecipado do imposto correspondente à diferença entre as alíquotas interna e interestadual, relativamente a operações que tenham origem em outra unidade federada, a ser realizado pelo Microempreendedor Individual – MEI.
Decreto nº 11.247, de 16 de setembro de 2025 Publicado no D.O.E. de 16 set. 2025	Institui o Programa Poupatempo Paraná e dispõe sobre a centralização e aprimoramento da prestação de serviços públicos estaduais, incluindo canais digitais, e dá outras providências.
Decreto nº 11.246, de 16 de setembro de 2025 Publicado no D.O.E. de 16 set. 2025	Cria, no âmbito da Secretaria de Estado da Mulher, Igualdade Racial e Pessoa Idosa, em parceria com a Secretaria de Estado das Cidades, o Programa Casa da Mulher Paranaense.
Decreto nº 11.245, de 16 de setembro de 2025 Publicado no D.O.E. de 16 set. 2025	Altera o Decreto nº 3.513, de 18 de fevereiro de 2016, que regulamenta as normas gerais para as parcerias entre a administração pública do Estado do Paraná e organizações da sociedade civil, de que trata a Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014.

Decreto nº 11.244, de 16 de setembro de 2025 Publicado no D.O.E. de 16 set. 2025	Regulamenta as transferências do Fundo Estadual de Cultura e as Transferências Fundo a Fundo do Sistema Estadual de Cultura, previstas na Lei nº 20.197, de 29 de abril de 2020.
Decreto nº 11.241, de 16 de setembro de 2025 Publicado no D.O.E. de 17 set. 2025	Aprova o Regulamento da Secretaria de Estado do Planejamento e dá outras providências.
Decreto nº 11.063, de 29 de agosto de 2025 Publicado no D.O.E. de 29 ago. 2025	Altera o Decreto nº 10.590, de 14 de julho de 2025, e o Decreto nº 3.434, de 14 de setembro de 2023, que dispõe sobre a classificação das atividades econômicas consideradas de Baixo Risco.
Decreto nº 11.056, de 28 de agosto de 2025 Publicado no D.O.E. de 28 ago. 2025	Regulamenta o Programa de Conformidade Fiscal do Estado do Paraná – Confia Paraná, instituído pela Lei nº 22.480, de 18 de junho de 2025
Decreto nº 10.961, de 20 de agosto de 2025 Publicado no D.O.E. de 20 ago. 2025	Altera os Decretos nº 3.843, de 31 de outubro de 2023, nº 11.567, de 30 de junho de 2022, nº 5.673, de 14 de setembro de 2020 e nº 6.544, de 22 de novembro de 2012, que regulamentam a parcela transitória pelo exercício de ensino nas escolas da polícia, e acrescenta o art. 7ºF ao Decreto nº 7.462, de 4 de março de 2013.
Decreto nº 10.960, de 20 de agosto de 2025 Publicado no D.O.E. de 20 ago. 2025	Altera o Regulamento do ICMS para internalizar os Convênios ICMS 60, 61 e 63/2025 e os Ajustes SINIEF 1, 4, 5, 6, 8, 11 e 12/2025, que atualizam as disposições sobre a impressão de documentos fiscais, o Conhecimento de Transporte Eletrônico, o Documento Auxiliar do Conhecimento de Transporte Eletrônico, a Declaração de Conteúdo eletrônico, a Nota Fiscal Eletrônica e o Documento Auxiliar da Nota Fiscal Eletrônica.
Decreto nº 10.952, de 19 de agosto de 2025 Publicado no D.O.E. de 19 ago. 2025	Institui o Programa Estadual Ilumina Paraná, no âmbito da Secretaria das Cidades.
Decreto nº 10.950, de 19 de agosto de 2025 Publicado no D.O.E. de 19 ago. 2025	Altera o Decreto nº 11.973, de 11 de dezembro 2018, que regulamenta a concessão de isenção tarifária em linhas de transportes intermunicipais no âmbito do Estado do Paraná e os procedimentos administrativos segundo o disposto no art. 88 da lei nº 18.419, de 7 de janeiro de 2015.
Decreto nº 10.949, de 19 de agosto de 2025 Publicado no D.O.E. de 19 ago. 2025	Altera o Regulamento do ICMS, aprovado pelo Decreto nº 7.871, de 29 de setembro de 2017, a fim de ajustar o percentual de saldo devedor médio para a apropriação de crédito presumido por contribuinte incentivador do Programa Estadual de Fomento e Incentivo à Cultura - PROFICE.
Decreto nº 10.868, de 12 de agosto de 2025 Publicado no D.O.E. de 12 ago. 2025	Altera o Regulamento do ICMS para internalizar os Convênios ICMS 40, 78, 79 e 98/2025, e os Ajustes SINIEF 14, 16, 17 e 21/2025, que atualizam as disposições referentes à Zona de Processamento de Exportação – ZPE, aos procedimentos referentes ao ICMS incidente nas operações de venda a bordo realizadas dentro de aeronaves em voos domésticos, à prorrogação das disposições dos Convênios ICMS 1/1999 e 100/1997 e dá outras providências.
Decreto nº 10.832, de 6 de agosto de 2025 Publicado no D.O.E. de 6 ago. 2025	Revoga o Decreto nº 7.415, de 25 de setembro de 2024, que instituiu o Comitê de Governança das Contratações Públicas no âmbito da Administração Pública direta, autárquica e fundacional.
Decreto nº 10.814, de 5 de agosto de 2025 Publicado no D.O.E. de 5 ago. 2025	Altera o Decreto nº 8.249, de 17 de novembro de 2017, que dispõe sobre o cadastramento de entidades paranaenses, sem fins lucrativos, no Programa de Estímulo à Cidadania Fiscal do Estado do Paraná.

<p>Decreto nº 10.789, de 4 de agosto de 2025 Publicado no D.O.E. de 4 ago. 2025</p>	<p>Possibilita a concessão de tratamento tributário diferenciado aos estabelecimentos que efetuem vendas de mercadorias integrantes da cesta básica a consumidores finais, não contribuintes do imposto, nas condições e regras estabelecidas em protocolo de intenções firmado com o Estado do Paraná, com base no Programa Paraná Competitivo, de que trata o Decreto nº 7.721, de 25 de outubro de 2024.</p>
<p>Decreto nº 10.655, de 22 de julho de 2025 Publicado no D.O.E. de 22 jul. 2025</p>	<p>Dispõe sobre as normas para utilização de aeronaves sob a responsabilidade da Casa Militar da Governadoria e revoga o Decreto nº 9.206, de 27 de outubro de 2021.</p>
<p>Decreto nº 10.639, de 17 de julho de 2025 Publicado no D.O.E. de 17 jul. 2025</p>	<p>Dispõe sobre o cancelamento da inscrição no Cadastro de Contribuintes do ICMS - CAD/ICMS, dos estabelecimentos que forem flagrados comercializando, adquirindo, distribuindo, transportando, estocando ou revendendo produtos oriundos de cargas ilícitas, furtadas ou roubadas.</p>
<p>Decreto nº 10.638, de 17 de julho de 2025 Publicado no D.O.E. de 17 jul. 2025</p>	<p>Altera o Regulamento do ICMS para internalizar as disposições dos Convênios ICMS 149, 150, 172, de 6 de dezembro de 2024, e 12, de 27 de fevereiro de 2025, que atualizam procedimentos para o controle, apuração, repasse e dedução do imposto em relação ao regime de tributação monofásica a ser aplicado nas operações com combustíveis.</p>
<p>Decreto nº 10.636, de 17 de julho de 2025 Publicado no D.O.E. de 17 jul. 2025</p>	<p>Acrescenta o art. 4ºA ao Decreto nº 7.116, de 28 de janeiro de 2013, para permitir o remanejamento de vagas ofertadas e não preenchidas em concurso público.</p>
<p>Decreto nº 10.634, de 17 de julho de 2025 Publicado no D.O.E. de 17 jul. 2025</p>	<p>Institui o Programa de Capacitação Permanente em Contratações Públicas.</p>
<p>Decreto nº 10.615, de 16 de julho de 2025 Publicado no D.O.E. de 16 jul. 2025</p>	<p>Regulamenta o Termo de Ajustamento de Conduta no âmbito da Administração Pública Estadual, conforme a Lei nº 20.656, de 3 de agosto de 2021.</p>
<p>Decreto nº 10.613, de 16 de julho de 2025 Publicado no D.O.E. de 16 jul. 2025</p>	<p>Regulamenta a Lei nº 19.604, de 25 de julho de 2018, que prioriza o abastecimento com etanol dos veículos flex de órgãos da Administração Direta e entidades da Administração Indireta, e institui a Política Estadual de Transição de Combustíveis Não Renováveis para Biocombustíveis na Frota de Veículos Oficiais do Estado do Paraná.</p>
<p>Decreto nº 10.590, de 14 de julho de 2025 Publicado no D.O.E. de 14 jul. 2025</p>	<p>Altera o Decreto nº 3.434, de 14 de setembro de 2023, que regulamenta a Lei nº 20.436, de 17 de dezembro de 2020, que dispõe sobre a Lei de Liberdade Econômica, e institui parâmetros para classificação das atividades econômicas consideradas de Baixo Risco, nos termos da Lei Federal nº 13.874, de 20 de setembro de 2019.</p>
<p>Decreto nº 10.519, de 9 de julho de 2025 Publicado no D.O.E. de 9 jul. 2025</p>	<p>Altera o art. 2º do Decreto 10.158, de 2 de junho de 2025, que nomeou membros para integrarem as Juntas Administrativas de Recursos contra Exames Médicos e Avaliações Psicológicas, do Departamento de Trânsito do Paraná.</p>
<p>Decreto nº 10.517, de 7 de julho de 2025 Publicado no D.O.E. de 7 jul. 2025</p>	<p>Altera o Regulamento do ICMS, aprovado pelo Decreto nº 7.871, de 29 de setembro de 2017, para internalizar os Convênios ICMS nº 36 e 37, de 11 de abril de 2025, que incluem itens e atualizam a descrição e o código NCM de medicamentos e fármacos objetos de isenção do imposto quando destinados, respectivamente, a órgãos da Administração Pública Direta Federal, Estadual e Municipal, e ao tratamento de câncer.</p>

<p>Decreto nº 10.500, de 2 de julho de 2025 Publicado no D.O.E. de 2 jul. 2025</p>	<p>Altera a redação do art. 1º do Decreto nº 9.951, de 15 de maio de 2025, que disciplina a transferência de créditos acumulados de ICMS da “Conta Investimento” do Sistema de Controle da Transferência e Utilização de Créditos Acumulados - SISCREDA, a título de contrapartida à aquisição de cotas de Fundos de Investimentos em Direitos Creditórios do Segmento do Agronegócio.</p>
--	--

3 NORMAS DO TRIBUNAL DE CONTAS DO PARANÁ

3.1 RESOLUÇÃO

<p>Resolução nº 132, de 14 de julho de 2025 Publicada no D.E.T.C. de 17 jul. 2025</p>	<p>Dispõe sobre alterações do Regimento Interno relativas aos processos de Execução Orçamentária do Tribunal e do Fundo Especial do Controle Externo do Tribunal.</p>
---	---

3.2 INSTRUÇÕES DE SERVIÇO

<p>Instrução de Serviço nº 189, de 15 de agosto de 2025 Publicada no D.E.T.C. de 19 ago. 2025</p>	<p>Altera a Instrução de Serviço nº 171, de 8 de novembro de 2023, que dispõe sobre a delegação de despachos de mero expediente de que trata o art. 32, § 1º, do Regimento Interno do Tribunal.</p>
<p>Instrução de Serviço nº 188, de 14 de julho de 2025 Publicada no D.E.T.C. de 17 jul. 2025</p>	<p>Estabelece diretrizes para autorização de viagens dos servidores do Tribunal em eventos externos e cursos e revoga os arts. 7º e 8º da Instrução de Serviço 105, de 14 de junho de 2016.</p>
<p>Instrução de Serviço nº 187, de 8 de julho de 2025 Publicada no D.E.T.C. de 11 jul. 2025</p>	<p>Altera a Instrução de Serviço nº 149, de 30 de setembro de 2021, que estabelece o fluxo e os modelos de Plano de Trabalho e Termo de Ciência e Responsabilidade, conforme prevê o art. 22 da Resolução nº 87, de 7 de julho de 2021.</p>
<p>Instrução de Serviço nº 186, de 8 julho de 2025 Publicada no D.E.T.C. de 10 jul. 2025</p>	<p>Dispõe sobre prazos para o encaminhamento de procedimentos administrativos no âmbito do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, referentes a assuntos da Diretoria de Gestão de Pessoas.</p>
<p>Instrução de Serviço nº 185, de 3 julho de 2025 Publicada no D.E.T.C. de 7 jul. 2025</p>	<p>Altera os fluxos 1, 4 e 15 da Instrução de Serviço nº 116, de 26 de outubro de 2017, que dispõe sobre a tramitação de processos e requerimentos internos, referentes a servidores e demais assuntos do Tribunal.</p>
<p>Instrução de Serviço nº 184, de 3 julho de 2025 Publicada no D.E.T.C. de 7 jul. 2025</p>	<p>Dispõe sobre a forma de reposições e indenizações ao Erário, de que tratam o art. 80 da Lei Estadual nº 19.573, de 2 de julho de 2018.</p>

3.3 NOTAS TÉCNICAS

<p>Nota Técnica nº 35, de 25 de setembro de 2025 Publicada no D.E.T.C. de 26 set. 2025</p>	<p>Dispõe sobre orientações a serem observadas pelas entidades previdenciárias quando do registro da valorização ou desvalorização pela marcação a mercado (valor justo) dos investimentos temporários.</p>
<p>Nota Técnica nº 34, de 24 de setembro de 2025 Publicada no D.E.T.C. de 25 set. 2025</p>	<p>Dispõe sobre a atualização das áreas de governo e dos critérios para cadastramento dos interlocutores municipais, referidos no § 1º do art. 7º e no § 1º do art. 8º da Instrução Normativa nº 172, de 12 de julho de 2022, para a Prestação de Constas de Prefeito Municipal referentes aos exercícios financeiros de 2025 e seguintes.</p>